

FILANTROPIA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A MÁSCARA DA BENEFICÊNCIA

CORPORATE PHILANTHROPY IN BRAZILIAN EDUCATION: THE MASK OF BENEFICENCE

FILANTROPÍA EMPRESARIAL EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA: LA MÁSCARA DE LA BENEFICENCIA

Stephanie Barros Araújo¹ 0000-0002-9134-7557
Caio César da Silva Araújo² 0000-0002-9771-811X
Maria das Graças Barros³ 0009-0003-0312-0569

¹Secretaria de Educação – Fortaleza, CE, Brasil; profastebarros@gmail.com

²Universidade Federal do Ceará – Fortaleza, CE, Brasil; caiocsaraujo1@gmail.com

³Universidade de Fortaleza – Fortaleza, CE, Brasil; academica.graca@gmail.com

RESUMO:

O presente estudo é fruto de uma pesquisa, cujo resultado, veio a tornar-se um trabalho dissertativo. O intuito é apresentar uma crítica à filantropia empresarial educacional como mecanismo de formação e cooptação social. A metodologia é de cunho bibliográfico e documental. Como resultado, é possível perceber que o a beneficência empresarial tem velada a necessidade de vender uma imagem humanizada à sociedade, difundindo a concepção de que as empresas não têm como fim exclusivamente a acumulação de capital, mas que desenvolvem ações que atendem a sociedade como um todo, principalmente os que estão a margem. Em contrapartida, a sociedade burguesa não pretende abolir a sociedade de classes. O que busca, é consolidar novas formas de opressão, em consequência, novas formas de luta frente às que já existem.

Palavras-chave: crise do capital; educação; filantropia empresarial.

ABSTRACT:

This study is the fruit of research, the result of which has become a dissertation. The aim is to present a critique of corporate educational philanthropy as a mechanism for training and social co-optation. The methodology is bibliographical and documental. As a result, it is possible to see that corporate charity has a veiled need to sell a humanized image to society, spreading the idea that companies do not aim exclusively to accumulate capital, but that they develop actions that serve society as a whole, especially those on the margins. On the other hand, bourgeois society does not seek to abolish class society. What it does seek to do is consolidate new forms of oppression and, as a result, new forms of struggle against those that already exist.

Keywords: capital crisis; education; corporate philanthropy.

RESUMEN:

Este estudio es fruto de una investigación, cuyo resultado se ha convertido en una disertación. El objetivo es presentar una crítica a la filantropía educativa empresarial como mecanismo de formación y cooptación social. La metodología es bibliográfica y documental. Como resultado, es posible constatar que la caridad empresarial tiene una necesidad velada de vender una imagen humanizada a la sociedad, difundiendo la idea de que las empresas no tienen como objetivo exclusivo acumular capital, sino que desarrollan acciones que sirven a la sociedad en su conjunto, especialmente a los marginados. Por otro lado, la sociedad burguesa no pretende abolir la sociedad de clases. Lo que sí busca es consolidar nuevas formas de opresión y, en consecuencia, nuevas formas de lucha contra las ya existentes.

Palabras clave: crisis del capital; educación; filantropía empresarial.

Introdução

Se nossas tropas não forem maiores que aquelas do inimigo, isso é amplamente suficiente, significando que não poderá ser feito um ataque direto. O que podemos fazer é simplesmente concentrar todas as forças disponíveis, manter estreita vigilância sobre o inimigo e obter reforços (Tzu, 2011, p. 112).

O fragmento retirado da obra *A arte da guerra*, de Sun Tzu, pode ser entendido como um mantra capitalista que tem como fim, continuar mantendo sob seu domínio, a classe trabalhadora. Romper os grilhões que ainda prendem a maioria dos homens à miséria econômica e social, deve ser feito na ordem do dia, haja vista que a pedagogia empresarial e as consultorias oriundas de corporações privadas, ditam e moldam um ensino no qual os pilares baseiam-se em fazer das salas de aulas pequenas empresas. Atitudes como: liderança, motivação, desempenho e administração do tempo, são vistas como chave para o sucesso das crianças, jovens e adultos que ainda estão no ambiente escolar e que pretendem conquistar e manter espaço no mercado de trabalho.

Mészáros (2014) partindo de suas leituras e considerações da ontologia do ser social em Gyorgy Lukács(2013), aponta em *Educação para além do capital* que o complexo da educação possui o duplo caráter formador. Se por um lado, possibilita uma forma do capital adentrar com seus tentáculos, produzindo condições objetivas de manutenção da ordem social do sistema econômico, internalizando a ideologia burguesa para legitimar na consciência do trabalhador o estranhamento de seu trabalho, em contrapartida, quando exercida em prol dos que estão à margem das riquezas produzida pelos homens, a educação é mais um mecanismo na *transcendência positiva da autoalienação do trabalho*, isso porque,

Inevitavelmente, os primeiros passos de uma grande transformação social na nossa época envolvem a necessidade de manter sob controle o estado político hostil que se opõe, e pela sua própria natureza deve se opor, a qualquer ideia de uma reestruturação mais ampla da sociedade. Neste sentido a *negação radical* de toda estrutura de comando político do sistema estabelecido deve afirmar-se, na sua inevitável negatividade predominante, na *fase inicial* da transformação a que se vise. Mas, mesmo nessa fase, e na verdade antes da conquista do poder político, a negação necessária só é adequada para o papel assumido se for orientada efetivamente pelo *alvo global* da transformação social visada, como a *bússola* de toda a caminhada. Portanto, desde o início o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à "legitimação constitucional democrática" do Estado capitalista que defende seus próprios interesses. Pois também essa "contrainternalização" (ou contraconsciência") exige a antecipação de uma visão geral, concreta e abrangente, de uma forma radicalmente diferente de gerir as funções globais de decisão da sociedade, que vai muito além da expropriação, há muito estabelecida, do poder de tomar todas as decisões fundamentais, assim como das suas imposições sem cerimônia aos indivíduos, por meio de políticas como uma forma de alienação por excelência na ordem existente (Mészáros, 2014, p. 61).

Diante da necessidade exposta de fortalecer laços promotores da “exclusão includente”¹ o capitalismo, por meio da sociedade classista, tende a justificar e a responsabilizar as pessoas por suas ascensões e decadências econômicas. Atuar com espírito empreendedor, torna-se algo urgente, visto que pior será pender a uma miserabilidade maior que a já existente. Diante de tal cenário, a responsabilidade de tornar os sujeitos capazes e competitivos para o mercado de trabalho fica a cargo da escola e do professor. Como resposta a estas demandas, surge um novo sujeito atuante no ambiente escolar: O pedagogo empresarial.

Partindo das leituras de Ribeiro (2010), entendemos que a função social do pedagogo que atua no eixo da pedagogia empresarial é compreender a dinâmica da “empresa escola” e modificá-la segundo a realidade exigida, traçando metas e propostas para os anseios mercadológicos de baratear a força de trabalho e ao mesmo tempo eficiente dentro das limitações que são impostas aos trabalhadores e seus filhos. Para o capitalismo, o segredo da eficácia está em aprender para ser competitivo, e nesta competição entre os trabalhadores, ganha o burguês, que obtém vantagem na compra de força de trabalho qualificada, porém irrisória.

Metodologia

As proposições teóricas dos comunistas, não se baseiam, de modo algum, em ideias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformulador do mundo. São apenas a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se desenvolve diante dos olhos (Marx e Engels, 2010, p.51-2).

Norteados pelo método de Marx, especialmente a partir da sua apreensão ontológica, pretendemos discutir a questão da Filantropia Empresarial, e suas reverberações na educação brasileira no contexto da crise estrutural do capital. Acerca do método, é necessário o movimento de compreender a realidade e sua contraditoriedade, considerando sua historicidade.

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica (Marx e Engels, 2007, p.86-7).

Sob esta perspectiva, foi discutido durante a análise, questões que perpassam a temática, fazendo uso basilar dos complexos trazidos por Marx e Engels (2007), Marx (2010) e Lukács (2013), principalmente do Trabalho, da Educação e da Ideologia, aplicados ambos em prol de

¹Termo exposto pela professora Acácia Kuenzer em seu texto “Exclusão Includente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho”.

fortalecer ainda mais a exploração por meio do sistema capitalista, que necessita constantemente negar a classe trabalhadora os mecanismos de compreensão e apreensão dos conhecimentos construídos ao longo da história pelos homens, fazendo um diálogo constante com os teóricos ligados à ontologia marxiano/lukacsiana, enfatizando a real problemática vivenciada com a inserção do terceiro setor através de organizações não governamentais (ONG's), fundações, e organizações sem fins lucrativos (OSFL) na formação dos indivíduos por meio do complexo da educação.

Marx (2010) em seus escritos aponta que a recusa do empirismo não está conjugada à negação dos fatos, porque estes últimos mostram-se como a expressão do real, onde a facticidade é a expressão fenomênica do real, e é sob esta égide que pretendemos ancorar nosso estudo.

Tendo clareza da necessidade de rigorosidade demandada para tal investigação, o estudo estará balizado em uma pesquisa de cunho teórico, bibliográfico e documental.

Com isso, apontamos na esteira de Marx e Engels (2007), Marx (2010) e Lukács (2013), o projeto do capital para a formação de uma classe trabalhadora pautada em corresponder aos interesses do capital, contrariando o caráter onto-formativo do homem e de sua humanização através da apreensão dos conhecimentos adquiridos no ambiente escolar financiado pelo terceiro setor.

Apontada essas primeiras considerações, observamos que o complexo da educação, em concordância com Costa (2007), é muito mais do que um simples canal da continuidade histórica do ser social, ele é um mecanismo essencial para a entificação do homem historicamente determinado. Assim, a práxis educativa deve ser considerada como ideológica tanto no aspecto amplo como restrito de ideologia.

Resultados e discussões

Como falar da insensibilidade desses ricos burgueses diante dos pobres, se eles criaram instituições de beneficência que não existem em nenhum outro país? Beneficência... Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresentar-se ao mundo com a aparência de campeã da caridade! Beneficência que degrada mais quem a concede que aquele que a recebe, beneficência que torna mais subalterno aquele a quem é dirigida, pois lhe impõe - a ele, tornado pária nesta sociedade - a renúncia ao seu único bem, sua aspiração a uma condição humana, exigindo que *comece por mendigar o perdão da*

burguesia antes de obter a graça que ela lhe oferece: uma esmola e, na frente, o estigma da humilhação! (Engels, 2008, p. 309).

A análise realizada por Friedrich Engels (2008) na obra, “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, apesar de ter sido realizada no século XIX, retrata de modo fidedigno a lógica ainda utilizada pela sociedade capitalista de demonstrar beneficência, quando na verdade, o que se pretende é mascarar os seus reais intuitos: moldar os trabalhadores para os ideais do capital e manter a classe social responsável por garantir a riqueza de uma minoria através do trabalho explorado. Quando o capitalismo, por meio da filantropia empresarial, investe na educação do trabalhador, ele está buscando garantir que formará mão-de-obra qualificada para servi-lo do modo como deseja à baixo custo, junto a gratidão de pessoas que foram jogadas na marginalidade pela crueldade de um sistema que somente beneficia uma minoria.

De acordo com Mestriner (2015), o financiamento da educação pública por outras ordens, que não seja o Estado, acontece desde os tempos coloniais. Contudo, neste período, a filantropia em vigor tinha um cunho caritativo². Representada pela Ordem dos Jesuítas, era através da venda de mercadorias e animais da ordem, que os religiosos pertencentes a Companhia de Jesus, complementavam os poucos recursos oferecidos pela Coroa Portuguesa para a construção de escolas, trazendo para si, a responsabilidade de ofertar aquilo que os representantes do Estado se abstinham de fazer. Diante de tal conduta, criou-se uma imagem que perpassa a história e corrobora para a ideia de ineficiência do Estado de proporcionar uma suave melhoria na condição de vida daqueles que sobrevivem em condições de pobreza e abaixo dela.

É respaldando-se na história econômica e política brasileira que grandes empresas estendem seus “tentáculos” e voltam-se para o fornecimento da “educação do trabalhador” de modo filantrópico, tendo com o subterfúgio, trazer para o proletariado, mesmo que de forma racionada e tendenciada, o acesso aos conhecimentos socialmente construídos pela humanidade de forma gratuita, acentuando ainda mais o caráter de mercadoria no complexo da educação, pois,

Nesta sociedade regida pelo Capital, a lógica da educação é a lógica do mercado. Sob essa lógica, os indivíduos devem ser preparados para a flexibilização das relações de trabalho e para a adaptação a tudo o que é imposto, além de garantirem um emprego para si. Nesse tipo de sociabilidade, a educação – que tem a função de mediar a

² “[...] estabelece-se um comércio entre rico e pobre, com vantagens para as duas partes: o primeiro ganha sua salvação graças a sua ação caridosa, mas o segundo é igualmente salvo, desde que aceite sua condição” (Castel, 1998, p. 64-5).

consciência dos homens visando a sua reprodução – é um mecanismo poderoso no processo de reprodução das relações sociais alienadas. [...] Por isso, a educação é posta hoje como um mecanismo que pretende calar a voz e impedir as ações dos indivíduos em direção a uma mudança radical na sociedade. (Braga, Freres, Jimenez, Gonçalves, 2010, p.7).

Partindo para uma crítica radical em seu sentido ontológico, entendemos que apesar de toda aparente generosidade realizada por instituições de renome no cenário nacional e internacional, no que toca o processo institucionalizado da educação, resgatamos na obra *O manifesto comunista*, escrita por Marx e Engels (2010), que a burguesia não aboliu, e não pretende abolir os antagonismos de classes. O que ela almeja, na verdade, é favorecer e consolidar novos grupos sociais e novas formas de oprimir, e, como consequência, construir outros mecanismos de luta frente às já existentes.

Com o processo de industrialização no Brasil, houve a necessidade de tornar o ambiente escolar minimamente acessível aos trabalhadores, e essa instrução, teria que ser ofertada pelo Estado, baseando-se na concepção do Estado de bem-estar social ou do *Welfare States*³ - apesar de sabermos que no Brasil, houveram traços mais evidentes somente com a constituição de 1988. É sabido que as escolas ditas como públicas eram frequentadas apenas por aqueles que vinham de famílias com poder aquisitivo elevado, assim, reiteramos que as instituições de ensino público tiveram seu momento áureo, apenas quando era direcionada a atender as demandas da burguesia. À medida que o proletário passa a fazer parte dos corredores escolares, a qualidade e os meios para fornecer uma melhor apropriação dos saberes institucionalizados são retirados das escolas públicas e passam a integrar o ambiente de ensino particular.

O Estado brasileiro desde o período de colonização tem em sua frente a representação daqueles que detém os meios de produção, logo, aqueles que obtém a maior fatia das riquezas. Para eles, dar conhecimento a massa populacional significa pôr em risco um projeto de sociedade que está fundamentada em uma divisão classista entre quem compra e quem vende a força de trabalho. Por outro lado, o burguês ao falsificar o que é fornecido sob forma de “caridade”, busca dirimir os conflitos, ganhar a confiança e o respeito a fim de frear qualquer tipo de insubordinação por parte das massas. Como resposta, espera-se que as pessoas trabalhem contentes, comprem a ideia de que o fracasso e o sucesso de um indivíduo dependem exclusivamente do mesmo, e principalmente, produzam maiores lucros por meio do trabalho explorado. Outrossim, imbuído nessa lógica temos a função do *marketing social* que apresenta

³ “[...] O Estado, ao organizar a segurança, não deve sufocar incentivo, oportunidade, responsabilidade; ao estabelecer um mínimo nacional, deve deixar espaço e encorajamento para ação voluntária de cada indivíduo para fornecer mais do que esse mínimo para si e sua família” (Fordham University, 1942, p. 1).

serviços prestados de forma “gratuita” como forma de garantir a importância da organização privada agindo com o viés de terceiro-setor⁴.

Constatamos de acordo com a problemática que é posta pela realidade vivida, que ao final de todo o processo, além dos benefícios fiscais, e no caso da educação, atuar na formação do trabalhador a fim de atender as suas demandas, o empresariado continua a investir seu capital em uma “mercadoria” – isso porque, para a lógica do sistema econômico capitalista, a educação e a formação institucionalizada se resume à um produto que deve ser comprado e vendido como um objeto. Investir na educação é um vantajoso, entendendo que está retroage de diferentes formas vantajosas para o capital.

Partindo da letra de Marx e Engels (2010) a sociedade burguesa continua e continuará a agir de modo revolucionário, partindo do princípio de que ela modifica os instrumentos de produção, portanto, as relações de produção e sociais. Com indiferença e frieza, intensifica sua invasão mundialmente, haja visto que o sistema capitalista carece de fixar-se e explorar todos os ambientes, criar conexões, com intuito de destruir quaisquer relações econômicas já existentes.

Partindo para o campo da educação, temos que, [...] a problemática da educação remete ao problema sobre o qual está fundada: sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado. (Lukács, 2013, p. 131). Em seu sentido amplo, a educação como ideologia existirá, a julgar por entender que independentemente do tipo de sociedade, os indivíduos são sujeitos que lançam questões e respondem suas inquietações. Em sua natureza restrita, este complexo está diretamente relacionado com a existência de uma sociedade de classes, sendo por isso utilizada como mecanismo de consciência e luta social, seja ela a favor ou contra os pares como observaremos adiante.

Não buscando delegar a educação, porém, esclarecendo o porquê de ser ela o veículo utilizado pela burguesia, a escola como espaço de ensino institucionalizado é incumbida pelo capital de construir uma permanente fixação de valores no interior do pensamento dos indivíduos, fazendo-os interiorizarem as pressões externas do capital e caminharem de acordo com a lógica vigente.

⁴ “[...] o conjunto de organizações e atividades que compreende o chamado “terceiro setor”, para além dos eventuais objetivos manifestos de algumas organizações ou da boa intenção que move o ator solidário e voluntário singular, termina por ser instrumentalizado, pelo Estado e pelo capital, no processo de reestruturação neoliberal, particularmente no que se refere à formulação e implementação de uma nova modalidade de trato à “questão social”, revertendo qualquer ganho histórico dos trabalhadores nos seus direitos de cidadania” (Montano, 2010, p.19).

Mészáros (2011b, p.264), em *A teoria da Alienação em Marx*, denuncia que

[...] a transcendência positiva da alienação é em última análise, uma tarefa educacional, exigindo uma “revolução cultural” radical para a sua realização. O que está em jogo não é apenas a modificação política das instituições de educação formal. [...] a tarefa de transcender as relações sociais de produção alienadas sob o capitalismo deve ser concebida no quadro global de uma estratégia educacional socialista. Esta última, não deve ser confundida com nenhuma forma de utopismo educacional.

Ao trazer o caráter da "transcendência positiva da alienação", o filósofo húngaro aponta a necessidade de os indivíduos, como seres sociais, superarem as diferentes formas de alienação que sofrem no sistema capitalista - principalmente quando estão inseridos em relações sociais de produção.

Mészáros (2011b), resgata nos estudos empreendidos por Karl Marx e nas obras em conjunto com Friedrich Engels, que a alienação não deve ser entendida somente na esfera macro da economia, mas sim, deve ser investigada em sua totalidade. A reflexão perante as questões levantadas pelo real faz com que entendamos que o complexo da alienação reverbera na consciência, na subjetividade e na capacidade que os homens e mulheres como seres históricos têm de compreender e modificar suas condições sociais.

Quando relacionado a superação da alienação por meio do complexo da educação, não se pode confundir, muito menos pôr a responsabilidade exclusivamente no espaço de educação institucionalizado e em seus partícipes, ou cairemos em um "utopismo educacional". Mudanças de ordem políticas e econômicas são processuais e requer uma transformação coletiva da classe social que é responsável pela criação e manutenção das riquezas - o trabalhador - e isso explica o porquê da preocupação por parte da classe social que vive da exploração do trabalho alheio, em garantir uma educação mínima necessária para manter o que o capital já expropriou até o presente momento, e se possível, multiplicar.

Em contrapartida, nas elaborações de Lukács (2013), a educação ao agir de modo *lato*, atua como um complexo universal que busca atender a apropriação dos sujeitos sociais em suas objetivações humanas. Ao vincular-se ao seu caráter estrito, direciona-se as demandas da sociedade de classes, podendo servir sim consubstanciar-se as posições teleológicas⁵ voltadas para a emancipação de todo um grupo que representa a exploração do homem pelo homem sob o prisma do capital.

⁵ [...] temos que o *trabalho* na ontologia lukacsiana é tomado como uma teleologia primária, responsável por nortear e balizar os demais complexos sociais em prol do desenvolvimento social humano (Araujo, 2021, p.36).

O cerne da questão não é uma formação ampla para que os indivíduos desenvolvam suas potencialidades como tenta transparecer a filantropia empresarial no campo educativo, tampouco o trabalho como atividade por meio do qual o homem produziu sua essência histórica.

O que está posto nesse projeto do capital para a classe trabalhadora é a sua formação mínima para que haja apenas o aprendizado para o trabalho explorado, este, que o transforma em mero objeto de produzir a riqueza privada, coisificando-o e alienando-o, tendo em vista que “[...] quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital” (Marx, 2009, p. 81).

Acerca das “qualidades” que o trabalhador deve ter nesse processo de produção de riqueza privada, ser ágil é fundamental. Nesta guerra, para a lógica do capital, devem ser aproveitadas as fraquezas dos inimigos e deslocar-se por rotas inesperadas, atacando pontos desguarnecidos. Fundamentado neste ideário, o capital, assim como um vírus, metamorfoseia-se continuamente, procurando novas estratégias de continuar existindo.

Investir na formação do trabalhador é dotá-lo de conhecimentos fragmentados, superficiais, aligeirados e, ainda, introjetar neles os valores e ideias da própria classe dominante. Apesar da educação formal requerer tempo e investimento financeiro e estrutural, moldam-se mentes, e ideias adicionadas de força são indispensáveis em um campo de batalha onde o exército que lidera é composto por uma minoria. Assim, “[...] último motivo que determina o possuidor de um capital a aplicá-lo, seja na agricultura ou na manufatura ou num ramo particular do comércio em gros ou détail, é o ponto de vista do próprio lucro” (Smith *apud* Marx, 2015, p.269).

Para os filantropos que atuam diretamente na educação, não é necessário apenas querer ampliar seu nicho mercadológico e investir em uma instituição de ensino que defenda e reproduza a lógica do capital. Para atingir seus objetivos, o burguês deve ter um plano de ação com custos baixíssimos e alta rentabilidade, instrumentos que possibilitem seus desejos de manter e conquistar a classe trabalhadora.

Agindo em parcerias e estabelecendo conexões com o setor público, a máquina capitalista gesta táticas de garantir o desenvolvimento da burguesia – do capital – desenvolvendo também o proletariado, que só vive enquanto têm trabalho e somente têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital (Marx, 2010).

Sabendo que o homem, por meio do trabalho explorado, consegue produzir como resposta o mais-valor, ao qual Marx (2013, p.294) entende como correspondente à expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital, ou do trabalhador pelo capitalista, é de todo interesse para a burguesia avaliar medidas que garantam a existência do proletariado.

Nesta direção, acrescentamos ainda que há um caráter distintivo de classe imputado à educação fornecida pela filantropia, considerando que está reafirma sua continuidade apoiada na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), aprofundando a precarização do ensino e a mercantilização dos conhecimentos oferecidos à classe trabalhadora, e tendo a ideologia burguesa uma participação ímpar em tal estratégia.

A LDB (1996) garante, por meio de seu artigo 77, que os recursos públicos possam ser destinados a instituições filantrópicas, desde que elas comprovem uma finalidade não-lucrativa, comprometendo-se a não distribuir seus resultados, dividendos, bonificações e participações ou parcelas do patrimônio sob nenhum pretexto. Além disso, todos os excedentes devem ser aplicados integralmente em educação e, caso haja encerramento das atividades, seus bens devem ser destinados a outras escolas, possuindo este caráter dito comunitário, filantrópico ou confessional. Não existindo uma instituição que atenda a esse perfil, toda a verba deverá ser enviada ao Poder Público, que continuará a receber a prestação de contas do que foi movimentado pela entidade beneficente filantrópica.

Uma novidade trazida na Lei de Filantropia de 2015 nº 12.868/15 e no Plano Nacional de Educação (PNE), nº 13.005, de 2014 é a política de inclusão das atividades educacionais filantrópicas na educação especial. Os pontos 4.17, 4.18 e 4.19 das metas e estratégias fazem alusão a parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos no atendimento escolar integral de crianças e jovens com algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação com matrícula nas redes públicas de ensino, permitindo aos mesmos o pleno acesso, participação e aprendizagem, além da formação contínua, com materiais acessíveis, integrando família e comunidade na construção de um “novo” sistema educacional de ensino.

Com isso, constata-se que o sistema capitalista garante para si o maior número possível de trabalhadores ativos, além de ter seus filantropos empresariais financiados e isentos de tributos para realizar uma atividade que eles já tinham pleno interesse.

Marx (2013) assevera em seu *O capital* que, o capitalista já acostumado com os desdobramentos da economia vulgar, dirá provavelmente que adiantou seu dinheiro com a intenção de fazer com ele mais dinheiro. Todavia, o caminho para o inferno está calçado de boas intenções, e o burguês até poderia ter a intenção de fazer dinheiro sem nada produzir, mas isso não seria sua natureza.

Os tratados ditados pelos organismos que administram o sistema capitalista, em prol de uma utópica melhoria de vida dos trabalhadores, balizam-se no ideário de que o pobre – aquele que “aguenta o sacrifício de tudo, a parte mais vil e necessitada da nação, o povo escravo

trabalhador”, seja sempre controlado seja em seu trabalho, seja na sociedade (Mészáros, 2011a, p. 651). Assim, as riquezas usurpadas deles estarão protegidas, de modo que mais riquezas lhes possam ser extraídas.

Perante os restos que o capitalismo despeja como pequenos “agrados” para a classe trabalhadora – deixando transparecer como grande favor prestado a sociedade – ainda existem pessoas que acreditam nesta realidade e proclamam um discurso de desmerecimento da classe que vive na miserabilidade, sob o jugo de que é dado para estes “luxos” que os motivam e os premiam por viverem em tal situação de despojamento, que é digno de nota esclarecer, tem natureza involuntária. De tal modo,

Caso se considere Luxo (como a rigor se deve fazer) tudo o que não é imediatamente necessário para a subsistência do Homem como Criatura viva, então nada há mais para se encontrar no Mundo, nem mesmo entre os Selvagens nus: [...] então não haverá mais absolutamente nenhum luxo, pois, se as carências dos Homens são inumeráveis, então o que deve supri-las não possui nenhum limite (Mandeville *apud* Mészáros, 2011a, p.651).

Para o sistema, se os desprovidos de meios de produção são bem conduzidos e recebem pequenos agrados que, para eles, convertem-se em grandes benefícios, o capital acaba por ganhar duplamente com a (pseudo) felicidade destes indivíduos. Ao ser garantida a “oportunidade” de vender sua força de trabalho, o proletariado enxerga a possibilidade de garantir sua mínima existência. Sabendo que o produto de seu trabalho não lhe pertence no ato de finalização, os trabalhadores têm que pagar por algo que eles mesmos produziram e garantiram em dobro de mercadoria para o capitalista. Uma das lógicas do trabalho assalariado é garantir que aquilo que foi pago para o empregado retorne para o capitalista sob forma de dinheiro, para que este, em sua última forma de mercadoria, possa ser convertida em capital.

De acordo com Marx (2013, p. 578),

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.

Com isso, o filósofo alemão assegura que na lógica do capital, a produção de mercadorias – e podemos considerar a educação como tal – não tem a função de satisfazer as necessidades dos homens e mulheres como indivíduos, mas sim, atender as demandas do sistema econômico vigente. Ao produzir mais-valor, que consiste no excedente ao valor necessário para reproduzir a força de trabalho, o trabalhador serve a lógica de autovalorização do capital, logo, gera os lucros desejados para os donos dos meios de produção.

Quando consideramos a esfera da educação, essa questão se torna mais complexa, visto que a produção de mercadorias se realiza na formação de mais mão-de-obra para atender as demandas mercadológicas. Na centralidade dessa formação estão os professores – que tem suas formações iniciais e continuadas precarizadas – e seus alunos, que reproduzem muitas vezes, o que lhes foi repassado, sem uma reflexão crítica da realidade.

Somente é valorizado para o capital, o trabalhador que compactua com sua lógica, aceitando a exploração, alienação sob forma de subserviência e aqueles que se movimentam contra, assumem a responsabilidade de serem punidos e marginalizados pelos seus pares e pela sociedade em geral.

Frente a transformação dos homens em meros fantoches de um marionetista sem rosto, a escola como uma instituição construída historicamente pela burguesia, mas com total autonomia para rasgar o véu manipulatório e articular-se plenamente a uma sociedade sem classes, é chamada cotidianamente na manifestação das tensões que o próprio capital produz, atuando em diversos momentos no processo de encobrir as verdadeiras intenções de transformar um maior número de trabalhadores em menor quantidade de tempo nas suas máquinas de reproduzir mais-valia.

As empresas privadas por meio de suas filantropias empresariais na educação, abraçam o discurso de que o aprender e o ensinar têm como fim a capacidade de todos os envolvidos no processo educativo de construir conhecimentos, confrontando-os com a realidade e transformando-os por meio das relações estabelecidas entre o ambiente e a sociedade na qual estão inseridos. Com esta combinação de atitudes, consolida-se a ideia de uma vida pautada em princípios, valores e atitudes que fortaleçam a estrutura social e econômica vigente.

Perante as demandas exigidas a educação, presentes no documento coordenado por Jacques Delors (1999), *Educação: um tesouro a descobrir*, a escola – por meio de sua equipe gestora e pedagógica, além de estudantes, funcionários e comunidade – é convocada incentivar ações que visem fortalecer o aprender; o conhecer; o fazer; o conviver; o ser; e como um quinto pilar, o empreender na natureza dos indivíduos como sujeitos sociais.

De acordo com Delors (idem), para aprender a conhecer, é fundamental buscar estudar em grande profundidade um número reduzido de assuntos, aprendendo a aprender para beneficiar-se das oportunidades que surgirem através da educação ao longo da vida. Passada esta fase, o aprender a fazer representa a competência que tornará a pessoa apta a enfrentar as numerosas situações para saber lidar com a equipe da qual faz parte.

Para aprender a conviver, o indivíduo deve desenvolver a compreensão perante os anseios e aspirações do outro, assim como as possíveis relações de interdependência que

poderão existir. Em linhas gerais, o documento deixa subtendido que a ideia é trabalhar em conjunto e realizar projetos em comum, gerenciando paralelamente conflitos que possam existir, e isso faz parte do rol de qualidades do *novo tipo de trabalhador*⁶.

O aprender a ser, cobiça uma capacidade de autonomia, discernimento e responsabilidade social, típicas da metodologia empresarial. A educação, leva em consideração as potencialidades de cada indivíduo – memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas e aptidão para comunicar-se, mas como fazer tantas exigências se não são dadas condições historicamente verdadeiras para exercer tais potencialidades e ultrapassar o que já temos no presente?

Por fim, e não menos importante temos o quinto pilar, o aprender a empreender. Atitudes como aprender a se reinventar e encontrar estratégias para modificar a si e o que o cerca é posto como chave para alcançar o sucesso e conseqüente ascensão na sociedade. Logicamente, não será a maioria dos trabalhadores que irão conseguir por um simples motivo: O capital não permite e assim o faz porque para ele é basilar a existência da pobreza, ou melhor, do explorador e do explorado. Aqueles que conseguem romper as barreiras através de uma ajuda, serão utilizados como modelos e a exceção buscará se transformar em regra.

Conclusões

Os documentos criados a partir das conferências que ocorreram nas últimas três décadas apontam que em uma sociedade que busca crescer economicamente, é mister a valorização do acesso conhecimento. No entanto, que em totalidade esses saberes estão pautados e qual a possibilidade de existir uma sociedade emancipada e cidadã dentro de um sistema que tem como regra garantir a manutenção velada da sociedade classista?

O capitalismo, apesar das inúmeras riquezas que conseguiu produzir, não pode e não consegue ser controlado sem a ruptura total com os mecanismos que o mantêm. Acreditar que o sistema consegue dar conta de todo seu exército é colocar-se em um precipício. A história nos faz ver que o capital assim como um feiticeiro que não consegue conter as forças que invocou, acaba por produzir fraturas na sua própria estrutura.

Sobre o imperativo da empregabilidade. Cogente aos objetivos do mercado em formar os indivíduos segundo os anseios do próprio mercado, apontamos que na pretensa humanização

⁶O conceito de "novo tipo de trabalhador" é levantado por Gramsci (2023), em seus Cadernos do Cárcere. Durante a elaboração de seus escritos, o filósofo discute as mudanças ocasionadas pelas formas de trabalho que surgiram no contexto da industrialização.

do capital existe um sentimento de conformação dos homens perante a luta que deve existir em prol de uma sociabilidade estabelecida na socialização das riquezas.

Em busca de uma imediaticidade e concomitante a uma expansão das novas tecnologias de transformação das matérias-primas em produtos a serem mercantilizados pelo sistema, a produção da ciência é chamada para atuar com maior espaço na força produtiva intensificando o desenvolvimento dos meios de produção.

Contudo, ao passo que surgem novas exigências, a distância entre a produção do conhecimento técnico-científico e sua aplicação é incomensuravelmente maior do que a que separa a gerência do “chão de fábrica”. Ao mesmo tempo em que se busca empreender e inovar, quando se pensa na aplicação, as empresas buscam tão somente a aplicação imediata, não se importando com os caminhos percorridos para obter os resultados.

Com isso, despreza-se não apenas o trabalho intelectual dos indivíduos, mas o trabalho manual destes. Para o capital, os fins sempre justificarão os meios para a aquisição de seu maior valor, e é sob esse molde que é construído, uma corrida pelo domínio do homem sobre o homem no atual sistema vigente.

Por fim, a leva de oportunismos e empresas ditas “cidadãs” crescem descontroladamente. A medida em que a população começa a exigir novas estratégias e se rebelam contra os efeitos de uma crise que apenas prejudica a classe trabalhadora, um incentivo ao empreendedorismo e as “cordas de salvação” sob forma de organizações não-governamentais e fundações se apresentam como saídas para sobrevivência em uma sociedade que caminha para a barbárie.

É interessante como a mesma mão que dá assistência retira do trabalhador sua humanidade e o atira em um jogo competitivo. Se com o feudalismo existia uma estagnação na condição social de seus integrantes, com o capitalismo foi dada uma esperança de mobilidade social, mas como tudo tem um preço, é necessário lutar, e nesta luta a terra é embebecida com o sangue do trabalhador. O estranhamento não mais na mercadoria produzida, mas na natureza do homem se intensifica.

A chave para o sucesso não se encontra mais apenas no conhecimento científico e tecnológico, mas na aplicabilidade destes conhecimentos no empreendedorismo e na proatividade. Investe-se muito na educação. Apesar de ser um negócio cujo resultado somente pode ser colhido após anos de investimento, para construir parcerias felizes é necessário tempo e exige esforços que conduzem a soluções sancionadas.

Logo, a melhor forma de ideologizar e atacar os trabalhadores é fazer com que acreditem que o capital se preocupa com eles. A presença do “terceiro setor” na educação, é a prova disto.

Todavia, programas e instrumentos de ação sociopolíticos legitimamente compromissados com o social só podem advir pela própria prática social crítica e autocrítica no curso de seu efetivo desenvolvimento pelos sujeitos do ato e do processo. Muitas organizações do “terceiro setor” escondem-se por trás das iniciativas da população que não tendo ninguém para socorrê-las, resolve chamar para si a responsabilidade de mudança do seu meio.

Referências

ARAÚJO, Stephanie Barros. **A ideologia da formação docente: uma análise ancorada na perspectiva onto-marxiana**. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=105282>. Acesso em: 27 set. 2024.

BRAGA, Samara Almeida Chaves; FRERES, Helena de Araújo; JIMENEZ, Maria Susana Vasconcelos; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. **O caráter ontológico da educação como instrumento de superação da alienação: notas introdutórias**. In: I Encontro de Pesquisa de Pós-Graduação, Fortaleza. Semana de Humanidades, 2010.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.868, de 15 de outubro de 2013**. Altera as Leis n.º 12.101, de 27 de novembro de 2009, e n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 out. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112868.htm. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 27 set. 2024.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COSTA, Frederico Jorge Ferreira. **Ideologia e educação na perspectiva da ontologia marxiana**. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3168>. Acesso em 27 de set. 2024.

FORDHAM UNIVERSITY. **Modern History Sourcebook: Sir William Beveridge: Social and Allied Services (The Beveridge Report)**. 1942. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/mod/1942beveridge.asp>. Acesso em: 27 set. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

IOSCHPE, Evelyn Berg (coord.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro, Gife/Paz e Terra, 1997.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do Ser Social II**. Tradução: Nélío Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1º edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. [tradução: Jesus Ranieri]. São Paulo: Boitempo, 2009. Coleção Marx e Engels.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital; tradução: Rubens Enderle - São Paulo: Boitempo, 2013. Coleção Marx e Engels.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosófico de 1844** ; tradução [de] José Paulo Netto e Maria Antônio Pacheco. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Tradução. Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. Coleção Marx e Engels.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e Introdução: Osvaldo Coggiola; tradução do manifesto: Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1 ed. Revista – São Paulo: Boitempo, 2010. Coleção Marx e Engels.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e assistência social**. São Paulo, Cortez, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria de transição**; tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sergio Lessa. 1 ed revista. São Paulo: Boitempo, 2011^a.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. tradução: Isa Tavares. 1º edição revista. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. 3º ed revista. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Amélia Escotto Amaral. **Pedagogia Empresarial: atuação do pedagogo na empresa**. 6º edição. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2010.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima. **Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação**. *Educação & Sociedade*, Campinas: CEDES, n. 61, p. 13-35, 1997. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/qbgcYdvXWfjGTj6SG5QNJRb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2024.

TZU, S. **A arte da guerra**. Tradução de Neury Lima. São Paulo: Hunter Books, 2011.

SOBRE O/A(S) AUTOR/A(S)

Stephanie Barros Araújo. Doutora e Mestre em Educação (PPGE/UECE). Licenciada em Pedagogia. Professora da Educação Básica no Município de Fortaleza (SME/Fortaleza). Pesquisadora dos Grupos: Educação e Luta de Classes (UECE) e Estudos e Pesquisa em Educação Física Escolar e Trabalho (UECE).

Contribuição de autoria: autor.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0533555395692505>.

Caio César da Silva Araújo. Mestrando em Educação (PPGE/UFC). Especialista em Educação Física Escolar (UNINTER). Licenciado em Educação Física (UECE). Membro dos Grupos: Estudos e Pesquisa em Educação Física Escolar (GEPEFE/UECE) e Linguagens e Educação em Rede (LER/UFC).

Contribuição de autoria: Análise Documental.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5795205532496352>.

Maria das Graças Barros. Mestranda em Saúde Coletiva (PPGSC/UNIFOR). Especialista em Psicopedagogia (UVA). Professora da Educação Básica no Município de Fortaleza (SME/Fortaleza).

Contribuição de autoria: Análise Documental.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8649854575951989>.

Como referenciar

ARAÚJO, Stephanie Barros; ARAÚJO, Caio César da Silva; BARROS, Maria das Graças. Filantropia Empresarial na Educação Brasileira: a máscara da beneficência. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 3, e15560, 2023X. DOI: 10.22481/redupa.v3.15560